

Trabalho apresentado no 22º CBCENF

Título: ACESSIBILIDADE FÍSICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Relatoria: Rallini Diani da Silva Rodrigues
Gabriele Beatriz Silveira
Renan Trindade Pacheco da Silva
Caroline da Silva Dolci

Autores: Amanda Batista da Silva
Lhays Emilly da Silva Moraes
Petrina Macedo Figueiredo
Cristiane Ferreira Lopes de Araújo

Modalidade: Pôster

Área: Tecnologias, Pesquisa, Cuidado e Cidadania

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: O direito de ir e vir é cabível a todos universalmente, embora alguns ainda são privados a este. Diversos fatores podem influenciar na locomoção dos indivíduos, como lesões medulares ou neurológicas, amputações, comprometimento das funções físicas ou motoras. Esses fatores acarretam ao indivíduo a incapacidade de ser autônomo e garantir-se do livre arbítrio, ocasionando prejuízos sociais, afetivos e intelectuais. Atualmente é presenciado diversas ações que favorecem a acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES), mas ainda vivencia-se experiências com a ausência de recursos acessíveis à mobilidade, o que obstaculiza a locomoção em ambientes públicos e/ou privados, impedindo deficientes de se deslocar livremente, como por exemplo os desníveis das calçadas, buracos ou rampas quebradas, escadas e ausência de elevadores, portas estreitas, pisos lisos e escorregadios etc. Objetivo: Relatar a acessibilidade física nas instituições de ensino superior. Metodologia: Pesquisa bibliográfica, a partir de dados secundários, realizada em julho de 2019, fundamentada na análise de artigos científicos a partir das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), em artigos do período de 2015 a 2019, disponibilizados gratuitamente, na íntegra e no idioma Português. Sendo buscados por meio dos descritores “Acessibilidade”, “Deficiência Física” e “Universidades”, utilizando o booleano “and”. Resultados: O ingresso de acadêmicos portadores de necessidades especiais em IES, tornou-se comum em diversas regiões do país. Portanto, faz-se necessário o comprometimento e preparo das universidades a fim de identificar os fatores que interferem na inclusão e no sistema educacional dos alunos. Recentemente tem-se observado que algumas medidas vêm sendo tomadas, como a adequação de espaços físicos, capacitação de pessoas, disponibilização de provas adaptadas e qualquer apoio necessário para a realização da mesma, atendendo a especificidade de cada acadêmico. Conclusão: Portanto, mesmo que hajam ações afirmativas nas universidades, necessita-se de uma estrutura adequada para receber o acadêmico com deficiência física. Ademais, o Ministério da Educação deve fiscalizar e monitorar se as estruturas oferecidas estão adequadas para a formação acadêmica.